

## ACTA Nº 19

Aos **vinte e oito** dias do mês de **Novembro** do ano de **dois mil e oito**, pelas 09h15, teve lugar, no Auditório Dr. Jorge Gama, nos Paços do Concelho, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia seis do mesmo mês, constavam, da **Ordem de Trabalhos**:

<b>I – Período de “antes da ordem do dia”.</b>
<b>II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:</b> 1º. <b>Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;</b> 2º. <b>Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2009;</b> 3º. <b>Turismo do Porto e Norte de Portugal – Adesão;</b> 4º. <b>Isenção do I.M.T.;</b> 5º. <b>Juízes Sociais; e,</b> 6º. <b>Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Valença na Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho.</b>
<b>III - Período de Intervenção do Público.</b>

### I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos com a já habitual saudação protocolar.

Pela Mesa foi considerada justificada a falta da Dra. Maria João Gonçalves, face ao, a propósito, por aquela aduzido em escrito, entregue pelo Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista no Secretariado de Apoio, operando-se, destarte, a sua substituição pelo Sr. Tomás Coelho.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, fez menção ao tributo que o Executivo Municipal havia, em boa hora e por unanimidade, deliberado prestar ao Dr. Jorge Gama, ao atribuir o seu nome ao Auditório no renovado edifício dos Paços do Concelho, assim o dignificando, associando-se e aos mais membros da Assembleia Municipal a essa singela simbólica homenagem à grandeza desse Homem.

A **Primeira Secretária, Dra. Anabela Rodrigues**, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, deu nota da recepção de escrito, da lavra do Deputado Sr. Salustiano Faria, em resposta a missiva endereçada à Assembleia Municipal, pelo Sr. Alípio Nunes, sobre tema tratado na última sessão, informando que o mesmo se encontrava à disposição dos Srs. Deputados e que ao Sr. Alípio Nunes seria dado conhecimento do seu teor.

Após, pôs à **discussão a Acta nº 18**.

Na inexistência de qualquer inscrição para intervenção, colocou-a à **votação**.

Num universo de 34 votantes, registaram-se 0 votos contra, 1 abstenção ( Sr. Vítor Rodrigues ) e 33 votos a favor. **Aprovada por Maioria.**

Seguiu-se o momento destinado à apresentação de propostas, moções, recomendações e emissão de votos.

Subscrita pelo **Deputado Sr. Rui Marrucho**, foi apresentada a seguinte **Moção**:

*“Os abaixo assinados vêm protestar contra a redacção do nº 3, do artº 11º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, porquanto castradora e limitadora do exercício do voto dos Presidentes de Junta de Freguesia, enquanto membros de pleno direito nas Assembleias Municipais.*

*Na verdade, têm que os princípios da igualdade, da proporcionalidade e da adequação dos meios aos fins, sempre imporiam a sua integração no colégio eleitoral das Assembleias Intermunicipais e das Comunidades Intermunicipais.*

*O seu afastamento, se bem que por Lei da República, restringe, igualmente, os princípios da imediação e da representatividade das populações que neles depositaram directamente o seu voto, mais parecendo uma estratégia concertada de diminuição, desvalorização e subalternização do papel dos Autarcas de Freguesia – os mais próximos do povo - , que têm o seu lugar na nossa democracia, tal como quem fez esta Lei.*

*Assim,*

*Pugnam pela alteração da redacção do nº 3, do artº 11º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, de forma a, também, poderem, para além de serem eleitos, eleger”.*

Face ao seu teor, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, transmitiu que iria subscrevê-la, convidando os Senhores Deputados que se quisessem associar a assim proceder.

Em conformidade com o regimentalmente previsto, usaram, então, da palavra:

O **Deputado Sr. Rui Marrucho** para:

1. Reiterar a sua mais veemente revolta e repúdio pelo texto legal, nessa parte;
2. Considerar que os Presidentes de Junta, na Assembleia Municipal e nos demais Órgãos que integram, têm o direito de serem eleitos e, também, o – aí negado – de poderem eleger;
3. Concluir pela inconstitucionalidade desse restritivo e inadequado normativo;
4. Apelar aos demais Snrs. Deputados municipais para subscreverem a Moção; e,

5. Solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a gentileza de a remeter a Sua Excelência o Sr. Presidente da República e às mais pessoas e Instituições que tivesse por próprias e adequadas.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que, de uma forma geral, concorda com a Moção;
2. Referir que considerava estranha a forma como se processou a aceitação da mesma, ao ser assinada antes de discutida;
3. Constatar que os Estatutos da CIM já foram aprovados, ninguém tendo observado essa situação e que aqueles remetem para um enquadramento legal superior, que não se têm obrigação de conhecer, no momento; e,
4. Conceder que esse direito deve ser consagrado, mas com a ressalva – e é nesse sentido que subscreve a moção – de ser salvaguardado o espírito consagrado na lei.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Aduzir que, no momento da aprovação do Regulamento e Estatutos da CIM, se estivessem atentos esse falho teria sido detectado; e,
2. Sublinhar que, cada vez mais, se está a tentar que os senhores Presidentes de Junta tenham menos poder nas Assembleias Municipais.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para assumir quota-parte de responsabilidade no erro cometido, ao dar o seu aval à aprovação daqueles textos.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Manifestar a sua discordância com o, no que tange, legislado;
2. Referir que, no momento da aprovação dos Estatutos da CIM, esse pormenor foi como que descurado, mas que tal não invalida os pressupostos em que assenta a Moção;
3. Sublinhar que, no mínimo, considera estranho que a Associação Nacional de Freguesias não se tenha pronunciado sobre o tema; e,
4. Dizer fazer questão em subscrever a Moção, convidando os Snrs. Vereadores presentes a acompanhá-lo nesse gesto e acto.

Tendo aqueles assim procedido, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, sublinhou a sua grata satisfação nessa pioneira 'associação' e, em virtude da Moção ter sido subscrita por todos os Senhores Deputados presentes, deu-a por **Aprovada por Unanimidade**.

## **PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES POLÍTICAS E ÀS INTERPELAÇÕES AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA**

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Destacar que na última Sessão se assistiu a um acto antidemocrático, que consistiu num ataque cobarde ao Sr. Alípio Nunes, consequência da sua intervenção sobre o aterro – tanto que, por aquele, foi presente à Assembleia uma carta a corroborar o por si proferido;
2. Dizer achar estranho o facto dessa carta não ter sido lida nesta Sessão e o Sr. Salustiano Faria ter já resposta para a mesma; e,
3. Afirmar que a Rodman irá encerrar em Fevereiro, questionando sobre os incentivos que lhe foram dados, o que é que se ganhou com isso, como é que se prometeu a criação de quatrocentos postos de trabalho e só se empregou oitenta pessoas, que contas foram feitas e o que é que falhou.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para, logo, elucidar que no dia 25 de Novembro deu entrada o dito documento, subscrito pelo Sr. Alípio Nunes e dirigido à Assembleia Municipal, cujo despacho, proferido no dia 26, foi tornado presente ao Sr. Salustiano Faria – uma vez que o directamente visado – e, também, ao Sr. Alípio Nunes. Tal foi transmitido àqueles pelo Secretariado de Apoio, de imediato e pelos meios mais céleres ( para os seus telemóveis ), rejeitando uma qualquer falta de transparência no tratamento do em apreço.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para manifestar a sua preocupação pelo facto do Fundo Financeiro das Freguesias, futuramente, tender a desaparecer, concluindo estar-se, cada vez mais, a tentar tirar poder aos Presidentes de Junta.

O **Deputado Sr. Manuel Lopes** para:

1. Expressar a sua aprovação pelo novo Auditório;
2. Sustentar que, aquando da apresentação do PDM, foi dito pelos técnicos que a área de construção iria aumentar substancialmente;
3. Salientar que tal não corresponde à realidade, pois grande parte será absorvida com o traçado do TGV/RAVE.;
4. Alertar que as freguesias de Ganfei, Gandra e Cerdal, com este traçado, irão ficar prejudicadas, quer em área, quer em qualidade de vida;
5. Dizer que duvida que este seja um bom investimento, pois, a assim ser, teria ido para Melgaço; e,
6. Referir que, numa intervenção, o Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao traçado do TGV, disse que o que estava previsto, até finais de Setembro, era a entrega do projecto para avaliação do

impacto ambiental, mas terá esquecido que a reunião da Assembleia era no dia 29 e o mês de Setembro só tem 30 dias, pelo que só restava um dia para avaliação e, até agora, o projecto ainda não apareceu.

O **Deputado Sr. Manuel Temporão** para:

1. Felicitar pelas novas instalações;
  2. Referir que a Rodman teve uma série de apoios, aprovados pelo Estado Português, prometeu centenas de postos de trabalho, foi bandeira de campanha eleitoral, foi considerado um investimento sólido e consistente e prometeu contrapartidas para a freguesia de Gandra;
  3. Acrescentar que, passados estes anos, vai dispensar pessoal e terminar a produção nessa unidade fabril;
  4. Questionar se alguma vez houve intenção de laborar, concluindo pelo engano;
  5. Contrapor com as empresas de Valença que tiveram que pagar preços elevados pelas infra-estruturas e que, agora, são elas que dão vida ao Parque Empresarial; e,
  6. Dizer que não ouviu ao Sr. Presidente da Câmara uma única palavra sobre esta situação.
- O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para fazer um reparo relativo aos complementos utilizados nas obras de requalificação intramuros – 2ª fase, considerando-os inestéticos, devido às curvaturas e à cor e por não se enquadrarem com as cantarias, pelo que deixou algumas sugestões.

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Dar nota que, segundo informações publicadas relativamente ao traçado do TGV, se pode deduzir que o processo já está em fase bastante avançada e que o traçado da linha se encontra definido com conhecimento da Comissão Europeia; e,
2. Questionar o Sr. Presidente da Câmara se confirma tais afirmações, se dispõe de informações sobre o traçado da linha, se são provisórias ou definitivas e se as pode facultar, nomeadamente, as respeitantes ao concelho de Valença, para quando a consulta pública de avaliação do impacto ambiental e, qual o impacto que vai ter no concelho de Valença.

O **Deputado Sr. Rui Marrucho** para:

1. Agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal por considerar que este ajudou à reposição da dignidade dos Presidentes de Junta;
2. Subscrever as palavras proferidas pela Deputada D. Elisabete Viana;
3. Manifestar a sua satisfação com as obras do edifício da Câmara Municipal, em especial pelo projecto ter sido desenvolvido por “funcionários da casa”;
4. Afirmar sentir-se orgulhoso por pertencer a esta edilidade, pelo crédito de seriedade e honradez que o concelho agora goza;
5. Salientar o seu reconhecimento ao Sr. Presidente da Câmara por sempre ter estado presente quando Valença necessitou; e,
6. Garantir ser mais que merecida a homenagem prestada ao Dr. Jorge Gama, na atribuição do seu nome ao Auditório.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para agradecer a todo o Executivo ter votado a proposta do nome do Auditório, considerando tratar-se de uma homenagem singela mas com uma carga simbólica muito forte.

Face às intervenções anteriores esclareceu:

Os Deputados Sr. Armando Carvalho e Sr. Manuel Temporão que:

- Quando a notícia de encerramento da Rodman começou a ser veiculada, tal deixou-o preocupado, pois esperava que tivesse dado os resultados que estavam estabelecidos;
- Em conversa com um Director Geral, apurou que esta não encerrou nem vai encerrar, reduzindo, contudo, ao número de trabalhadores, atenta a crise internacional generalizada no sector;
- Dado o aumento drástico de desemprego na região pondera solicitar uma reunião com o Ministro da Segurança Social, por o nosso tecido económico ser muito frágil e o emprego estruturado e estável que existe estar ligado aos sectores que, neste momento, se encontram em crise.

O Deputado Sr. Manuel Lopes que:

- O TGV vai atravessar uma série de concelhos, de Norte a Sul do país, e Melgaço não é abrangido;
- Se este investimento seguir em frente tem que se procurar que Valença beneficie com ele e, isso só será possível, com as estações, apesar de todos os impactos que possam daí advir;
- A discussão pública estava prevista em finais de Setembro, para avaliação do impacto ambiental, mas já sabe que há um atraso e a data prevista será meados de Dezembro;
- O traçado ainda não existe e só depois da discussão é que se tornará definitivo, tendo o Governo que abrir concurso para execução da obra no segundo semestre de 2009; e,
- Aguarda, do ponto de vista formal, o início da discussão pública para pedir uma audiência com a Rave, porque nada lhe garante que o canal que está hoje na Carta de Ordenamento seja o que vai para avaliação do impacto ambiental.

Pelas 10h40, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, com a aquiescência da Assembleia, determinou uma pausa nos trabalhos.

Retomados às 11h.15, passou-se ao

## II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1º Ponto

**Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal – Anexo 1** Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer ter assistido a um desmentido, pois segundo o Sr. Presidente da Câmara a Rodman não vai encerrar, tendo ele apurado o contrário junto dos trabalhadores;
2. Insistir que não foi dada resposta a nenhuma das questões por si colocadas respeitantes à referida empresa, nomeadamente, qual o prejuízo para a autarquia com este negócio ruinoso e o que acontece às instalações;
3. Referir que, aquando da última greve da função pública, a Cantina Escolar de Valença fechou e os alunos ficaram sem almoço;
4. Questionar o Sr. Presidente, uma vez que a Câmara tem responsabilidades sobre o Parque Escolar, se futuramente pretende controlar tais situações; e,
5. Inquirir acerca da Certificação pois, apesar de ser especulação, consta que a mesma não foi concluída por falta de pagamento.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para interrogar acerca da execução do Polidesportivo de Arão.

O **Deputado Sr. Manuel Lopes** para:

1. Afirmar ter valido a pena a observação de que a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara não vinha assinada pelo mesmo, porque nesta tal já se verifica;
2. Constatando que na informação escrita, no processo nº 18, página 7, existe um contencioso da Câmara com a TMN, devido à antena de Friestas, porque, no entanto, a Câmara licenciou outra, nas mesmas circunstâncias, para Verdoejo, perguntou se é para, daqui a algum tempo, levar novamente a TMN a Tribunal e gastar os dinheiros públicos;
3. Lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que estes aparatos têm que ser colocados a uma distância superior a quinhentos metros das habitações e a mil dos edifícios públicos;
4. Fazer reparo relativo à informação escrita, concretamente ao processo nº 12, porque, repetidamente, vem fazendo referência ao “Bairro Social de Bogim – Cerdal - Friestas”;
5. Indagar acerca dos benefícios para Valença com a paragem do TGV, pois, certamente, só beneficiará enquanto este for rentável, à semelhança do que aconteceu com a linha da C.P. entre Valença e Monção; e,
6. Perguntar se os benefícios fiscais que a Rodman usufrui durante dez anos se mantêm se esta encerrar.

O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para:

1. Sublinhar terem sido uma boa opção as árvores plantadas na Travessa da Ponte Centenária à Rua 25 de Abril;
2. Destacar a visita do Sr. Secretário de Estado do Turismo a Valença, para inauguração do Posto de Turismo, do Núcleo Museológico, da Requalificação da Fortaleza e do Edifício dos Paços do Concelho;
3. Referir que, destas obras, destacava o Núcleo Museológico, pela sua importância cultural, enaltecendo todas as pessoas que trabalharam nesse projecto; e,
4. Congratular-se com a escolha do Executivo Camarário em perpetuar o nome do Dr. Jorge Gama no Auditório.

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre quais os benefícios do TGV caso não pare em Valença;
2. Deixar, para reflexão, alguns dos aspectos negativos da passagem do TGV em Valença: ser um atentado à integridade pública e à qualidade de vida da população; cruzar algumas zonas povoadas e cortar a rede viária – pelo que se tornará num obstáculo físico à integridade do concelho; e, o reajustamento entre o P.D.M. e o traçado do TGV, formar uma espécie de “vala técnica”, que se manifestará como entrave ao correcto ordenamento do território e que tenderá a causar impactos urbanísticos e sociais negativos.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Questionar acerca da estratégia subjacente ao encerramento do Posto de Turismo extra muralhas;
2. Opinar que o espaço no edifício da Câmara poderia ter sido melhor aproveitado;
3. Constatar que estão instalados no novo edifício vários departamentos aos quais o acesso está a ser muito limitado, sendo os assuntos tratados no hall de entrada;
4. Ironizar, considerando que foi cometida uma gafe aquando destas inaugurações, pelo facto de não se ter inaugurado o Quiosque Multimédia instalado há mais de dois anos na Avenida da Estação e que continua sem funcionar; e,
5. Interrogar acerca dos concursos de pessoal que estão a decorrer, nomeadamente qual o critério, as categorias e o porquê de só ser agora.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para:

1. Prestar alguns esclarecimentos relativos à intervenção do Sr. Armando Carvalho aquando da sua sobre o aterro, afirmando que:

- Não retira as qualidades ao Sr. Alípio Nunes, mas não as coloca no Deputado Sr. Armando Carvalho, que considera uma pessoa conflituosa, sem ideias, que se baralha e tenta baralhar os outros;
- Se este tivesse levado a informação correcta ao Sr. Alípio Nunes, provavelmente ele não teria entrado no insulto através de carta, certamente redigida a meias; e,
- Quando foram colocadas as questões sobre o aterro, ele reportou-se ao período de Dezembro de 2005 até à presente data, não aos anos anteriores.

2. Apelar ao Sr. Presidente da Assembleia que faça chegar a todos os membros cópia da carta remetida pelo Sr. Alípio Nunes;

3. Congratular-se pelo facto do Sr. João Amorim Dias, deputado da oposição, ter manifestado a sua satisfação pelas obras inauguradas; e,

4. Relativamente à polémica do corredor do TGV, reportar-se à história – pois, ao longo dos anos, foram abertos corredores para estradas, linhas férreas, auto-estradas, consequência do progresso.

O Deputado **Sr. Armando Carvalho** para solicitar ser admitido a intervir em “defesa da honra”.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para dar nota que tem usado uma leitura muito abrangente e lata do nº 4, do artº 49º do Regimento. No entanto, concedia-lhe o uso da palavra para defesa da honra.

O Deputado **Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que este problema vem da sua intervenção em relação ao relatório da CCDRN sobre o aterro;

2. Propor à Assembleia que seja lida a carta enviada pelo Sr. Alípio Nunes;

3. Negar que tenha ajudado na redacção da mesma; e,

4. Acrescentar que não se considera o homem mais inteligente, mas estúpido não é e, portanto, a única maneira de esclarecer as coisas é com a leitura da carta.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para dizer que a referida carta se achava na pasta da correspondência recebida e que, se tivesse sido entregue com a maior antecedência, teria sido remetida nos moldes habituais e com a respectiva resposta, a acompanhar – salientando que houve quem, durante o decurso da Sessão, se tivesse dirigido à Mesa e para consulta desses documentos.

Considerando que o Deputado Sr. Armando Carvalho requereu a leitura da carta subscrita pelo Sr. Alípio Nunes e que, em sua opinião, ela não deveria ser lida em Sessão, não obstante, remetia para o Plenário a decisão.

Aprovado, por maioria, tal pedido, a **Segunda Secretária, Dra. Margarida Rodrigues**, procedeu à leitura da carta do Sr. Alípio Nunes e a **Primeira Secretária, Dra. Anabela Rodrigues**, à resposta do Sr. Salustiano Faria – em cumprimento dos constitucionais princípios da igualdade e contraditório.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, deu a palavra ao **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, que em resposta aos Srs. Deputados disse:

Sr. Armando Carvalho:

- Rodman - os benefícios fiscais atribuídos a esta empresa estarão a ser vigiados pela API que accionará todos os mecanismos legais para fazer cumprir o prometido e a Câmara fará exactamente a mesma coisa;

- Certificação - não acabou por falta de pagamento, mas porque a empresa não concluiu o seu trabalho;

- Deixá-lo preocupado a questão dos “informadores”, pois este comentário certamente partiu de alguém da Câmara;

- Lamentar esta atitude do pessoal, pois sempre teve uma postura de justiça, tanto que abriu concurso para todos os funcionários, sem excepção, porque a partir de Janeiro entra em vigor a nova Lei de Carreiras, Vínculos e Remunerações, pelo que lhe pareceu justo, neste momento, dar a oportunidade a todos, vincando que, provavelmente, outros o não fariam.

D. Elisabete Viana:

- Polidesportivo – a obra encontra-se adjudicada.

Sr. Manuel Lopes:

- Informação dos Técnicos - não vem assinada por si, mas sim despachada;

- Antena da TMN - não sabe de que deliberação se trata, mas seja qual for, não se pode sobrepor à lei;

- Confia nos Serviços e se foi licenciada é porque cumpre a lei;

- TGV – não sabe se vai, ou não, ser rentável; contudo, foi entregue um estudo de viabilidade da ligação Porto/Vigo;

- Quanto à questão “se é bom vai para Melgaço, caso contrário fica em Valença”, considera ser altura de se acabar com este tipo de ideias, pois cada concelho tem a sua importância na região e acredita no Alto Minho como um todo.

Sr. João Amorim Dias:

- Tubagens – já foram dadas instruções ao empreiteiro para substituição pelo mesmo tipo de material colocado na 1ª fase.

Dr. José Veríssimo:

- TGV / barreira que irá dividir concelho – considera prematuro, nesta fase, tirar essa conclusão, pois o projecto ainda não é conhecido: terá impacto diferente se for feito em viaduto ou aterro, sendo que o espaço ocupado em viaduto é permeável a pessoas e viaturas.

Sr. Alberto Vilas:

- Estratégia encerramento Posto de Turismo – chegavam muitas pessoas à Câmara que não entendiam o porquê de Valença não ter um Posto de Turismo dentro da Fortaleza; e,

- Assuntos a serem tratados no hall de entrada – esta situação irá ser tratada, no entanto pretende que o balcão à entrada faça com que cada vez menos as pessoas tenham necessidade de andar com papéis em serviço.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Insistir que o assunto da Rodman não está cabalmente respondido, pois não há nada que indique se existirá algum tipo de apoio aos funcionários desempregados;

2. Idem relativamente à questão da greve na escola; e,

3. Afirmar, quanto à certificação, que não sabia que ia acertar no “vespeiro”, pois o Sr. Presidente da Câmara ficou muito enervado com a questão, apesar deste ter referenciado tratar-se de especulação.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para, com a aquiescência do Plenário, facultar ao Deputado Sr. João Amorim Dias, que o havia solicitado, usasse novamente da palavra para relembrar questão anteriormente colocada e que não teria, ainda, sido respondida pelo Sr. Presidente da Câmara, face a ausência momentânea da sala.

O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para reafirmar considerar as obras de requalificação inauguradas como obras de interesse cultural de qualidade, assim como boa opção as árvores colocadas na travessa da Ponte Centenária à Av. 25 de Abril.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra** para, em resposta aos Srs. Deputados:

Sr. João Amorim Dias:

1. Dizer que quanto às árvores não teve intervenção directa, sendo ideia do Sr. Vereador Joaquim Covas;

2. Referir que quanto aos equipamentos não têm qualquer dúvida que Valença irá ser sempre conhecida pela Fortaleza e continua a achar que todo o investimento na mesma nunca é demais;

3. Acentuar que o turista que vem a Valença, para além dos monumentos, deve ter algo mais, principalmente o turista cultural que cada vez é mais exigente; e,

4. Acrescentar que se está a ver a possibilidade de conseguir financiamento para recuperação dos edifícios do antigo Cine-Teatro e da Assembleia Valenciana, assim como a dinamização das Casamatas – o que, no seu conjunto, permitirá que Valença se torne no Centro Histórico com mais oferta do Distrito.

Sr. Armando Carvalho:

1. Esclarecer, acerca da greve nas escolas, que não se pode pretender que o direito ao seu exercício não perturbe o normal funcionamento de uma instituição;

2. Destacar que a greve é um direito que assiste aos trabalhadores e jamais o verão a interferir, a propósito.

3. Relembrar que a Câmara Municipal assinou um contrato com o Ministério da Educação sobre a transferência de competências e nesse documento está previsto que os funcionários não docentes do Agrupamento passassem a ser enquadrados no mapa de pessoal da autarquia; e,

4. Salientar que, embora a autarquia não se demita das suas responsabilidades para com este pessoal, entende que o seu trabalho deve ser coordenado pelo Conselho Executivo do Agrupamento.

O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para:

1. Congratular-se com a retirada dos tubos dentro das muralhas;

2. Enaltecer, uma vez mais, os equipamentos inaugurados, considerando-os de grande cariz cultural; e,

3. Fazer uma retrospectiva do actual Núcleo Museológico, então Cadeia Municipal.

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Dizer que o TGV se trata de um projecto de âmbito internacional, questionando a quem é que este vai servir;

2. Referir tratar-se de um transporte adequado a países de dimensão continental extensa, sendo por isso que determinados países têm outras prioridades, como a excelência das suas escolas, a qualidade do seu ensino superior, museus, jardins de infância, serviços de saúde, etc.; e,

3. Exemplificar com uma série de obras que se poderiam realizar com a verba prevista para o TGV.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Afirmar ter conhecimento que, relativamente aos concursos para a promoção do pessoal, tudo tem de ser acautelado até dia 31 de Dezembro, para que, com a nova Lei das Carreiras, as pessoas não fiquem prejudicadas;

2. Acrescentar que, apesar do Sr. Presidente da Câmara ter dito que outros no seu lugar provavelmente não regularizariam estes casos, tem conhecimento doutras Câmaras onde tal já sucedeu; e,  
3. Questionar sobre se as actas das primeiras provas já foram assinadas, a partir de quando é que os funcionários serão efectivamente reclassificados e se o facto de se ter que consultar a Bolsa de Emprego do Estado não poderá por em causa a data de 31 de Dezembro.

O **Presidente a Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Esclarecer que todos estes concursos são para seguir em frente e é inequívoca a sua vontade e a do executivo em que, até ao dia 31 de Dezembro, todos tenham a situação resolvida; e,

2. Referir, ainda na sequência do investimento com o TGV, que todos os que se fazem são questionáveis.

Pelas 12h.50, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, determinou a interrupção dos trabalhos, para almoço.

\*\*\*

Retomados, como agendados, às 14h.30, passou-se ao:

## **2º Ponto**

### **Grandes Opções do Plano de Orçamento do Município para 2009 - Anexo nº 2**

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que, em seu entendimento, este ponto não pode ser discutido, porque o resumo do Orçamento para o ano 2009 tem que saldar as despesas com as receitas e isto não se verifica; e,

2. Afirmar que o Orçamento que lhe foi entregue, através de protocolo, tem uma diferença de novecentos euros.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para, de imediato, esclarecer não existir nenhuma diferença, uma vez que se tem que somar as despesas correntes das duas divisões orgânicas (Câmara e Assembleia Municipal), o que se encontrava reflectido na página nº 5.

Prosseguiu, então, o **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Opinar tratar-se de Orçamento que retrata o fim do mandato, o próprio mandato, pelas opções políticas nele contidas, afirmando não ser dita uma única palavra acerca do problema dos transportes, de como precaver a entrada da área privada na distribuição da água e não conter nem uma medida para acautelar o isolamento e desertificação das aldeias;

2. Considerar curiosos alguns aspectos do ponto de vista da previsão de receitas e despesas, como o facto de se prever um aumento de receita em taxas de loteamentos mas o consumo de água ficar na mesma, dizendo esperar não se tratar de nenhum esquema para descapitalizar o serviço de águas; e,

3. Chamar a atenção para o aumento da receita em derrama, questionando se é lógico este aumento tendo em conta o encerramento das pequenas empresas.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para:

1. Questionar o porquê de não estar definida nenhuma verba para o saneamento em Arão; e,

2. Constatar que a beneficiação da Rede Viária e Ribeira de Favais também não estarem incluídas no Orçamento.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para:

1. Relembrar que já no Orçamento do ano 2002 lamentava a ausência de linhas orientadoras para os montantes orçamentados e que, com o actual, foram entregues resmas de fotocópias com verbas definidas, que não se sabe justificarem-se ou não, porque desconhece-se o que as suporta;

2. Afirmar assistir-se, mais uma vez, a intenções de investimentos protelados ao longo dos anos e verbas que simplesmente desaparecem, exemplificando com o Conselho Municipal da Juventude;

3. Dizer que existe uma verba orçamentada para o “Banco do Tempo”, pelo que questionava se alguém na Assembleia sabia do que se tratava e se isso era para ter seguimento;

4. Indagar como era possível fazer um plano de investimento onde somente 48% está definido: como é que se iria financiá-lo – se com fundos, então quais os programas e candidaturas previstos; e,

5. Acrescentar que muitas das carências que a população manifesta continuam a não ter resposta.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Questionar se era realista a previsão de receita provinda da cobrança de impostos;

2. Dizer que nas Opções do Plano sobressai o investimento no Centro Escolar, Requalificação do Centro Histórico, Águas e Saneamento e Animação de Eventos, chamando a atenção para a redução noutras áreas, a seu modo de ver pouco felizes, por contraposição com o aumento noutras, como a Feira do Livro, Expominho e Iluminação de Natal; e,

3. Solicitar ser informado acerca da posição dos vereadores do PSD nesta matéria.

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Sublinhar que este Orçamento e as Grandes Opções do Plano continuam a não dar resposta aos graves problemas sociais com os quais o concelho se defronta bem como noutras áreas; e,

2. Sustentar que o Orçamento não permite o desejável desenvolvimento social, económico e cultural do concelho e não resolverá os principais anseios e necessidades dos valencianos.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para manifestar a sua satisfação por nenhum dos Srs. Deputados ter dito que este Orçamento era virado para ano de eleições, o que, por si só, significa estar-se na presença de um Orçamento realista e sério.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Referir que as opções deste Orçamento são as que se consideram importantes e coerentes;
2. Fazer notar que é um Orçamento tão rigoroso que, provavelmente, a revisão orçamental que se terá que fazer em Julho, será por via da receita, nomeadamente de capital;
3. Relembrar que se preparam para assinar com o Governo o documento da contratualização onde Valença negociará cerca de sete milhões de euros, o que não significa que se tenha capacidade para a sua execução total em 2009, se bem que existam programas e concursos prontos e obras a andar;
4. Acrescentar tratar-se de um documento previsional onde não descem as verbas para as associações, colectividades, freguesias e transportes, gastando-se o habitual e o efectivamente necessário;
5. Esclarecer que o projecto de saneamento para Arão começou a ser feito na semana passada e enquanto não há projecto não há medições e consequentemente orçamento;
6. Dar nota que o Canal de Favais entra nas candidaturas da Agro-Ambiente;
7. Transmitir que o Bar da Estação foi suspenso pois os técnicos disseram que não era possível baixar o valor;
8. Elucidar que se aos 48% definidos acrescentarmos o da contratualização, este valor dispara consideravelmente;
9. Informar que a despesa corrente aumentou significativamente, consequência da promoção na carreira dos funcionários e também pelo facto dos do agrupamento terem passado para alçada da autarquia; e,
10. Assegurar que as transferências para as Juntas de Freguesia têm sido acompanhadas pela inflação, o investimento nestas não se limita às transferências e que não considera importante se é a Junta ou a Câmara a executar a obra, mas sim a obra em si.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Questionar acerca da dotação de quatrocentos e quarenta mil euros para pagamento da captação de água para compensar os custos de produção; e,
2. Retorquir o dito pelo Sr. Presidente da Câmara quando afirmou que não interessa se é a Junta ou a Câmara que faz a obra, mas sim a obra em si, uma vez que, no caso de Ganfei e segundo palavras do Presidente de Junta, se esta tivesse sido auscultada certamente não se teriam verificado tantos atrasos.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para relembrar que em Favais as águas destruíram o aqueduto e há dois anos aguarda que este seja reconstruído.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para:

1. Concluir que o Sr. Presidente da Câmara, com a sua intervenção, acabou por lhe dar razão, pois se o Orçamento tivesse vindo acompanhado de nota explicativa tinham ficado a saber o que acabara de relatar;
2. Considerar que se está a discutir um Orçamento, que é um documento previsional, mas a seu modo de ver, demasiado previsional, pelo que teria sido bom que tivessem sido esclarecidos quais os objectivos e estratégias; e,
3. Indagar acerca do Conselho Municipal de Juventude – o porquê de no ano passado se considerar importante e este ano deixar de ser.

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Referir que a previsão de receita corrente não têm a ver com candidaturas e, certamente, não será objecto de revisão daqui a seis meses; e,
2. Insistir na questão relativa à postura dos Vereadores do PSD neste Orçamento, porque se foi aprovado a eles se deve.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para em resposta:

Ao Deputado Sr. Alberto Vilas:

1. Dizer que não esperava que fizesse tal observação, pois toda a gente sabe o motivo pelo qual presentemente estão seis vereadores; e,
2. Deixar nota que foi ele quem, em reunião de Câmara, alertou os Srs. Vereadores da oposição para o facto de se estar a discutir o Orçamento e estes estarem a votá-lo favoravelmente, pelo que responderem que queriam inverter a intenção de voto.

À Deputada Dra. Inês Ferreira:

1. Esclarecer que o Banco do Tempo é sequência da “Agenda 21”, cujo objectivo é promover o voluntariado local; e,
2. Deixar claro, quanto ao Conselho Municipal de Juventude, não saber, de memória, se está ou não especificamente individualizado no Orçamento, mas não é por isso que deixará de ter verba.

Ao Deputado Sr. Armando Carvalho:

Afirmar que está previsto o pagamento duma despesa do saneamento, que já é uma despesa assumida deste ano e que o que ainda não tem um valor concretamente definido é o pagamento da água em alta.

Num universo de 35 votantes, verificaram-se: 8 votos contra (Dr. José Veríssimo, Sr. Manuel Temporão, Sr. Alberto Vilas, Dra. Inês Ferreira, Sr. Raul Lopes, Arqº Carlos Marinho, D. Isabel Andrez e Sr. Armando Carvalho), 1 abstenção (Sr. Manuel Lopes) e 26 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

### **3º Ponto**

#### **Turismo do Porto e Norte de Portugal - Adesão - Anexo nº 3**

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que é proposta a adesão do Município de Valença ao Turismo do Porto e Norte do Portugal, alertando à votação que se irá seguir, para que não aconteça o mesmo que aconteceu com a votação dos estatutos da CIM, para, depois, não vir uma moção a referir que não se concorda com um ponto; e,

2. Chamar a atenção para o artº 2º, n.º 3, em que julga depreender da sua leitura que a Área Metropolitana do Porto necessita de parceiros para engrossar a carteira de clientes, estando-nos a arrastar para um projecto de interesses privados.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para dizer que todos os organismos do Norte estão a aderir a esta iniciativa, onde terão assento todos os municípios e que já não o espanta a atitude do Sr. Deputado Armando Carvalho em votar contra.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que este faz muito bem o papel de não perceber a ideia dos privados e públicos, mas a verdade é que estão a tentar “atrelar-nos” a uma parceria público/privada onde toda a gente sabe que é mais privada que pública.

Colocada, então, à votação num universo de 35 votantes, registaram-se 1 voto contra (Sr. Armando Carvalho), 0 abstenções e 34 votos a favor. **Aprovada por Maioria.**

### **4º Ponto**

#### **Isenção de I.M.T - Anexo nº 4**

Usou da palavra o **Deputado Sr. Armando Carvalho** para percutir considerar que não se consegue fazer uma completa avaliação do mérito da isenção do I.M.T. enquanto não for dado a conhecer o perfil da empresa, tendo não ser ilegal fazer acompanhar os pedidos de isenção com um histórico da empresa.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para destacar que não pode obrigar as pessoas a fazerem o que não está previsto na Lei e sobre tal matéria ou ela é alterada ou nada mais há a fazer.

Num universo de 35 votantes, verificaram-se: 0 votos contra, 0 abstenções e 35 votos a favor. **Aprovado por Unanimidade.**

### **5º Ponto**

#### **Juízes Sociais – Anexo nº 5**

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, á guisa de preâmbulo, passou a transmitir o entendimento unânime da Comissão Permanente: como, no fundo e em causa, estava a emissão de juízos de valor sobre as pessoas objecto da deliberação, o sufrágio devia ser efectuado por voto secreto. Todavia, questionou a Assembleia sobre se havia alguma objecção.

Interpretando o silêncio como entendimento unânime de anuência ao expendido, determinou-se que a deliberação fosse tomada por escrutínio secreto.

Propôs que, em simultâneo, fosse feita a votação relativa ao Ponto nº 6 da Ordem de Trabalhos, este necessariamente por voto secreto, não colocando, igualmente, o Plenário qualquer objecção.

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para dar nota que o seu voto será em branco, referindo não haver nenhuma pessoa que o mova a tal, mas sim o facto da representação social não ser abrangente.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para agradecer às pessoas indigitadas a sua disponibilidade para o exercício destas funções.

### **6º Ponto**

#### **Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Valença na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto-Minho- Anexo nº 6**

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, declarou aberto o período para entrega na Mesa das listas concorrentes, dando nota que já havia sido presente uma.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** apresentou-se em candidatura individual.

Os Grupos Municipais do Partido Social Democrata e do Partido Socialista propuseram para a Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho os seguintes elementos: Dr. José António Nogueira; Sr. Alberto Luís Oliveira Vilas; Dra. Anabela Rodrigues; Sr. Manuel Rodrigues Lopes; e, Sr. Vítor Rodrigues.

Esta foi considerada a Lista A, porque a primeira a chegar à Mesa, e a unicamente constituída pelo Deputado Sr. Armando Carvalho, rotulada como Lista B.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, solicitou à Segunda Secretária, Dra. Margarida Rodrigues, passasse a dirigir os trabalhos, uma vez que ele e a Primeira Secretária, Dra. Anabela Rodrigues, iriam ser escrutinados, pelo que, de imediato e em consequência, abandonaram a Mesa.

A **Presidente da Mesa, em exercício, Dra. Margarida Rodrigues**, porque logo interpelada, deu a palavra ao Deputado Sr. Armando Carvalho.

No seu uso, o **Deputado Sr. Armando Carvalho** questionou acerca da legalidade da Mesa funcionar só com a Presidente.

Pela **Presidente da Mesa, em exercício, Dra. Margarida Rodrigues**, foram convidadas e ocuparam os cargos de Primeira e Segunda Secretária as Deputadas Dra. Maria do Carmo Duarte e D. Conceição Pereira, respectivamente.

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para dizer que se isto fosse uma democracia participada deveria ser feito em Plenário de Assembleias onde ele pudesse constituir uma lista com camaradas seus.

O **Deputado Sr. Rui Marrucho** para manifestar a sua revolta por não poder participar nesta eleição e acrescentar que irá consultar um Advogado, a suas expensas, para tentar impugnar a mesma.

O **Dr. José António Nogueira** para dizer sentir-se honrado que os Grupos Municipais do Partido Social Democrata e do Partido Socialista tenham entendido formar uma única lista e o tenham escolhido para a encabeçar.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra** para alertar o Deputado Sr. Rui Marrucho que aquela sua intenção poderá trazer penalizações para o Município.

Seguiu-se o período de **votação**, tendo-se apurado os seguintes **resultados**:

- **Ponto nº 5 da Ordem de trabalhos – Juizes Sociais / período 2008/2010 ( Eng. Paula Xavier; Dr. José Manuel Ressurreição; Sr. Luís Manuel Amorim; Enf. Emília Azevedo; Educ. Maria dos Prazeres Alves Pereira; e, Prof. Rosa Mendes )**: num universo de 35 votantes verificaram-se 29 votos a favor, 4 votos em branco e 2 votos contra. **Aprovado por maioria.**

- **Ponto nº 6 da Ordem de trabalhos - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Valença na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto-Minho**: num universo de 19 votantes verificaram-se 17 votos na Lista A e 2 votos na Lista B. **Eleitos: Dr. José António Nogueira; Sr. Alberto Luís Oliveira Vilas; Dra. Anabela Rodrigues; Sr. Manuel Rodrigues Lopes; e, Sr. Vítor Rodrigues.**

\*\*\*

Após, retomar-se a composição inicial da Mesa da Assembleia, seguiu-se a leitura, pela **Primeira Secretária, Dra. Anabela Rodrigues**, da Acta em Minuta, que posta à votação, num universo de 34 votantes, registou: 0 votos contra, 0 abstenções e 34 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

### III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo inscritos para o período de intervenção do público, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Lopes Nogueira**, agradeceu a presença de todos e, pelas 16h.45, deu por encerrada a sessão, deixando votos de Boas Festas e de Próspero 2009.

■

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José António Lopes Nogueira**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas, Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Técnica Superior de Relações Públicas,

**Inclusão de um novo ponto – o quinto – na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valença, aprazada para o dia 16 de Fevereiro:**

**Considerando que:**

- 1. O aprovado Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto-Minho prevê, entre o mais, no n.º 6, do seu art.º 5, a substituição do(s) membro(s) eleito(s) pelo(s) imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo(s) imediatamente a seguir pelo partido pelo qual havia(m) sido proposto(s) o(s) que deu/deram origem à(s) vaga(s);**
- 2. A eleição, em lista única, da totalidade dos representantes indigitados pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata desta Assembleia naquelas frustra qualquer possibilidade de substituição;**
- 3. O Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto-Minho ainda não promoveu, como proposto e unanimemente deliberado, a constituição de Comissão para revisão do Regimento – que, muito provavelmente, perderá acuidade face à duração do actual mandato dos seus membros;**
- 4. A previsão inserta no art.º 10º do Código Civil relativa à(s) norma(s) aplicável/aplicáveis ao(s) caso(s) análogo(s) – sendo que “há analogia sempre que no caso omissa procedam as razões justificativas da regulamentação do caso previsto na lei” – consubstancia e permite a integração de lacunas em situações em tudo semelhantes;**
- 5. Mesmo que tal normativo fosse considerado ‘excepcional’, sempre seria permitida a sua interpretação extensiva, nos termos do plasmado no art. 11º do Código Civil; e,**
- 6. Designadamente, os princípios da igualdade, da proporcionalidade e da adequação, constitucionalmente consagrados, informam e devem ser considerados e respeitados em situações similares e/ou idênticas,**

**a Comissão Permanente, ao abrigo do disposto no n.º 3, do art. 41º do Regimento da Assembleia Municipal de Valença, propõe à Mesa da Assembleia Municipal, a admissão e inclusão de um novo ponto – o quinto – na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valença, aprazada para o dia 16 de Fevereiro – atento, nomeadamente, o na alínea c), do n.º 1, do art. 18º do Regimento –, destinando-o à eleição, por voto secreto, dos substitutos dos representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM Alto-Minho, por o ter como de jus.**

**Em Reunião, na Casa das Varandas / Arquivo Municipal.  
Valença, aos seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove.**